

Coimbra 1971-1974:
resistência estudantil e contracultura

Coimbra 1971-1974:
student resistance and counterculture

Rui Bebiano

Rui Bebiano

Universidade de Coimbra, professor aposentado do Departamento de História,
Arqueologia e Artes da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e investigador
do Centro de Estudos Sociais

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1449-2216>

COIMBRA 1971-1974: RESISTÊNCIA ESTUDANTIL E CONTRACULTURA

No final do Estado Novo, o movimento estudantil universitário cresceu em Portugal como instrumento de crítica do sistema educativo e de contestação do regime. Em Coimbra, após a «crise académica» de 1969, sensivelmente no período que se estendeu entre 1971 e a Revolução de Abril, o movimento entrou numa nova fase, basicamente caracterizada pela radicalização política, pela produção de novas formas de organização, pelo aumento da repressão policial, por uma maior articulação com o movimento estudantil do resto do país e ainda pela afirmação de uma nova cultura de oposição à ditadura, aos seus valores e à Guerra Colonial.

Palavras-chave: Radicalismo; resistência; movimento estudantil; contracultura; Universidade de Coimbra.

COIMBRA 1971-1974: STUDENT RESISTANCE AND COUNTERCULTURE

At the end of the Estado Novo, the university student movement in Portugal grew as a way of criticising the education system and challenging the regime. In Coimbra, after the “academic crisis” of 1969, roughly between 1971 and the April Revolution, the movement entered a new phase characterised by political radicalisation, the production of new forms of organisation, increased police repression, greater coordination with the student movement in the rest of the country and the affirmation of a new culture of opposition to the dictatorship, its values, and the Colonial War.

Keywords: radicalism; resistance; student movement; counterculture; University of Coimbra.

COIMBRA 1971-1974 : RÉSISTANCE ÉTUDIANTE ET CONTRE-CULTURE

À la fin de l'État Nouveau, le mouvement étudiant universitaire s'est développé au Portugal en tant qu'instrument de critique du système éducatif et de contestation du régime. À Coimbra, après la «crise académique» de 1969, c'est-à-dire entre 1971 et la Révolution d'Avril, il entre dans une nouvelle phase, essentiellement caractérisée par une radicalisation politique, la production de nouvelles formes d'organisation, une répression policière accrue, une plus grande articulation avec le mouvement étudiant du reste du pays et l'affirmation d'une nouvelle culture d'opposition à la dictature, à ses valeurs et à la guerre coloniale.

Mots-clés : radicalisme; résistance; mouvement étudiant; contre-culture; Université de Coimbra.

A trajetória da atividade dos estudantes de Coimbra voltada para a contestação das autoridades acadêmicas e das políticas dos governos teve particular ênfase em momentos ciclicamente retomados nos últimos cento e cinquenta anos. Na fase final do Estado Novo, a afirmação desse percurso foi particularmente ativa e relevante no período que mediou entre o ano letivo de 1960-1961, quando da eleição para a Associação Acadêmica de uma direção democrática, e a queda da ditadura, num crescendo de mobilização pontuado pelas «crises» de 1962, 1965 e 1969, e depois com o conturbado período de 1971-1974 (Estanque e Bebianno: 2007). Este caminho passou pela atividade reivindicativa e pela mobilização política, mas também pela gradual disseminação de um ambiente de alteridade cultural construído contra os valores e os objetivos da ditadura.

No domínio público, todavia, tem sobressaído especialmente a «crise acadêmica» que entre abril e julho de 1969 envolveu a comunidade estudantil e parte da população da cidade, com um impacto inusual nas outras academias e, apesar da censura e dos avisos do governo, também no país. Foi enorme a importância desse momento de sonoro protesto na vida de quem nele participou, no processo de democratização do ensino universitário português, no reforço do associativismo estudantil, e ainda na forma como as suas ondas de choque ampliaram, dentro e fora da academia, uma forte sensibilidade antirregime (Cruzeiro: 1989; Namorado: 1989). A «crise de 69» contribuiu para preparar a instauração da democracia, tendo sido ainda uma importante experiência de pedagogia política e cívica para muitas pessoas.

Todavia, a sua relevância e carga simbólica, traduzida nos últimos anos em numerosas evocações de teor celebratório, menções em trabalhos de história e de jornalismo, ou referências em testemunhos de natureza memorialística, sendo justa e merecida pelo peso real daquele momento, tem conduzido indiretamente a apagamentos e distorções associados ao percurso do movimento estudantil de Coimbra nos anos seguintes. É de utilidade examinar este processo, por vezes acrítico e mitificador, de modo a reconhecer historicamente o valor da derradeira fase de resistência e de contestação ao regime. Possuindo algumas características distintas das de 1969, esta estendeu-se, após um hiato de refluxo, entre 1971 e 1974, contribuindo de forma igualmente importante para a instauração da democracia.

De uma forma sinóptica, referem-se aqui cinco dessas características, constituindo o seu conjunto e interação um poderoso sinal do papel decisivo do ativismo estudantil, em Coimbra e no país, no lançamento de algumas das sementes do 25 de Abril.

Em primeiro lugar, ocorreu neste período um rápido e acentuado processo de radicalização política. Este começou com a chegada à cidade, de forma agora substantiva, de influências do Maio de 1968 em França. Nomeadamente, com a rápida ampliação da esquerda revolucionária, em particular a de orientação maoísta e trotskista, com a importante reorganização dos estudantes comunistas, com o centramento da atividade reivindicativa nas faculdades e em ações de rua junto da população, e com a introdução de metas muito politizadas, algumas articuladas com o movimento operário e popular. Estas voltaram-se não apenas para o protesto, como anteriormente ocorrera, mas também para o derrube do regime, incorporando ainda causas de natureza internacional (Cardina, 2008). Da maior importância foi igualmente a ampliação da presença ativa das mulheres e a contestação da Guerra Colonial, agora transformada num dos eixos do protesto.

Em segundo lugar, na fase aqui observada teve lugar um refluxo da atividade associativa legal tolerada pelo regime. Aliás, havia algum tempo que se colocava em debate a diferença entre o «movimento associativo», sobretudo voltado para a defesa dos interesses práticos dos estudantes e para os problemas de natureza pedagógica, por alguns considerado «reformista», e o «movimento estudantil», mais abertamente político e ocupado com temas que transcendiam aqueles aspetos, articulando-se com a luta social (Cruzeiro, 1989; Boren, 2001; Cardina, 2008). No caso de Coimbra, o encerramento pelo governo das instalações da Associação Académica, ocorrido em fevereiro de 1971, teve como consequência direta, dado coincidir com a ampliação do descontentamento, a criação de uma multiplicidade de espaços de reunião, e de instâncias de decisão e ação reivindicativa, algumas de natureza espontânea, que extremaram muitas iniciativas.

Em terceiro lugar, após um curto período de acalmia coincidente com a curta «primavera marcelista», ocorreu nesta fase um acentuado aumento da repressão por parte da polícia e da PIDE-DGS (Pimentel: 2024). A referida politização do meio, e em particular a centralidade da luta contra a Guerra Colonial, fez com que o governo então ampliasse em todo o país a vigilância e a punição de estudantes, com a prisão e tortura de centenas, alargando-se também consideravelmente a aplicação da figura do processo disciplinar escolar e da incorporação compulsiva no serviço militar obrigatório. A este último fenómeno está também ligado o crescimento do número de alunos universitários que recorreram ao exílio, dos que se tornaram refratários ou desertores (Cardina: 2020), e ainda dos que passaram à atividade política clandestina.

Em quarto, verificou-se uma maior concertação entre a luta estudantil de Coimbra e a das academias de Lisboa e do Porto, alargada à dos alunos do ensino secundário (Gomes e Ó: 2023), ampliando-se também a articulação com o combate político de outros setores sociais, bem como a sua inclusão nos objetivos e tarefas das organizações de oposição ao regime. Nesta fase, o crescimento da população estudantil universitária, o aumento das organizações que a representavam, a sua maior capacidade de deslocação, e sobretudo o alargamento de um espírito cosmopolita que rejeitava o fechamento de cada academia, tornaram possível uma articulação da atividade reivindicativa, bem como uma maior interação vivencial com encontros formais e informais. A imprensa estudantil, parte dela publicada por associações ilegalizadas ou sob vigilância, ou então por organizações clandestinas, dedicava boa parte do seu espaço a estimular esta aproximação.

Por último, como quinta característica deste período, acentuou-se a construção de uma atmosfera de teor contracultural, capaz de conter uma oposição estética, filosófica e vivencial aos valores do regime, mas também algum distanciamento daqueles, de natureza clássica ou neorrealista, até então dominantes na cultura de oposição. Esse ambiente formou-se, em boa parte, em consonância com as vanguardas políticas e culturais internacionalmente associadas à «nova esquerda» (Renaud, 2021), mas também sob a influência da nova cultura juvenil e popular global das décadas de 1960 e 1970, que em Portugal, associada à forte influência da cultura rock, entrou em força na altura (Bebiano, 2003). Esta última ajudou a produzir espaços de natureza lúdica e antidisciplinar, valorizando a prática quotidiana da contestação, a aceitação da diferença vivencial, a valorização do corpo, a exuberância formal e o cosmopolitismo, adversos às práticas, sensibilidades e valores que ao longo de décadas haviam pautado o regime.

Neste contexto, a articulação desta nova cultura popular com a de aberta intervenção e resistência política ao regime produziu um meio híbrido onde confluíram propostas libertárias, análogas às que corriam em sociedades democráticas mais industrializadas, com outras de natureza historicamente progressista, muitas de orientação marxista, que se haviam afirmado nas décadas do combate à ditadura. No meio estudantil português, e também no de Coimbra, teve neste âmbito particular importância, a partir do pós-guerra, mas muito alargada nesta fase, a atividade de setores mobilizados e organizados no campo da atividade teatral, musical e das artes plásticas, associados a vivos debates em tertúlias de café ou em «repúblicas», e a consumos culturais nos domínios da leitura, do cinema, do pensamento político e da informação, que reforçaram esse ambiente de efervescente alteridade.

O conjunto de características aqui identificadas aponta, após o termo da «crise de 69», para uma rápida alteração dos processos e do sentido da contestação estudantil, que a partir de 1971 se estendeu em crescendo até à Revolução de Abril. Esta mudança traduziu-se sobretudo num questionamento radical do regime, bem como na expansão de uma cultura mais moderna e de natureza democrática. Especificamente em Coimbra, impôs também uma rejeição da «cultura boémia» e das retrógradas praxes académicas, formalmente apolíticas e não muito tempo antes ainda dominantes (Frias: 2003; Cardina, 2008b). Nos anos de revolução e de institucionalização da democracia que se seguiram, o trajeto de muitos dos que nela participaram e com ela se comprometeram comprova o seu notável impacto.

Referências Bibliográficas:

- Bebiano, R. (2003). «Cidade e Memória na Intervenção Estudantil em Coimbra», in *Revista Crítica de Ciências Sociais*. Coimbra: CES, 66, p.151-163.
- Bebiano, R. (2003). *O Poder da Imaginação. Juventude, Rebelião e Resistência nos Anos 60*. Coimbra, Angelus Novus.
- Boren, M. E. (2001). *Student Resistance. A History of the Unruly Subject*. New York: Routledge.
- Cardina, M. (2020). «A deserção à Guerra Colonial: história, memória e política», in *Revista de História das Ideias*. Coimbra: FLUC, 38 (2ª série), p. 181-204.
- Cardina, M. (2008b). «Movimentos estudantis na crise do Estado Novo: mitos e realidades» in *e-Cadernos*. Coimbra: CES. URL: <https://doi.org/10.4000/eces.101>
- Cardina, M. (2008a). *A Tradição da Contestação. Resistência Estudantil no Marcelismo*. Coimbra: Angelus Novus.
- Cruzeiro, C. (1989). *Coimbra 1969: a crise académica o debate de ideias e a prática ontem e hoje*. Porto: Afrontamento.
- Estanque, E. e Bebiano, R. (2007). *Do Activismo à Indiferença. Movimentos Estudantis em Coimbra*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Frias, A. (2003). «Praxe académica e culturas universitárias em Coimbra», in *Revista Crítica de Ciências Sociais*. Coimbra, CES: 66, p. 81-116.

- Gomes, R. M. e Ó, J. R. do (2023). *A urgência da palavra impressa. A imprensa dos “intrépidos adolescentes” contra a ditadura (1970-1974)*. Lisboa: Tigre de Papel.
- Namorado, R. (1989), «Para uma universidade nova: crónica da crise de 1969 em Coimbra», in *Revista Crítica de Ciências Sociais*. Coimbra: CES, p. 63-124.
- Pimentel, I. F. (2024). *O Essencial sobre a Pide*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- Renaud, T. (2021). *New Lefts: The Making of a Radical Tradition*. Princeton: Princeton University Press.